
A Greve de 1980:

redes sociais e espaço urbano na mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo

*Francisco Barbosa de Macedo**

Resumo: Em 1980, milhares de metalúrgicos do ABC paulista realizaram uma das mais intensas e duradouras greves da classe trabalhadora brasileira. Durante 41 dias, eles resistiram à ampla repressão que lhes foi lançada pelos patrões e pelo regime militar, a qual muito colaborou para que a mobilização coletiva dos trabalhadores se espraiasse pelo espaço urbano – especialmente, pelas ruas de São Bernardo do Campo. Expulsos das fábricas e de importantes espaços públicos, os operários mantiveram a greve a partir, principalmente, dos bairros em que residiam, fomentando a politização de espaços e relações de suas vidas cotidianas e redefinindo a geografia da mobilização coletiva. Neste artigo, analisamos alguns aspectos desse processo, destacando a importância das redes sociais dos trabalhadores para a notável (re)apropriação do espaço urbano que caracterizou o movimento paredista.

Palavras-chave: Greve – Cotidiano – Redes Sociais

Abstract: In 1980, thousands of metalworkers from the ‘ABC’ region in São Paulo made one of the most intense and lasting strikes of the Brazilian working class. During 41 days, they resisted wide repression promoted against them by their bosses and the military regime, which has collaborated much to the collective mobilization of the workers to sprawl throughout urban space – especially in the streets of São Bernardo do Campo. Expelled from the factories and from important public spaces, the workers kept the Strike from, mainly, the neighborhoods where they lived, fostering the politicization of spaces and relationships of their everyday lives, thus redefining the geography of collective mobilization. In this paper, there have been analysed some aspects of this process, highlighting the importance of the workers’ social networks towards the notable (re)appropriation of urban space which characterized the striker movement.

Keywords: Strike – Daily Life – Social Networks

LINHAS GERAIS DE UMA “NOVA” ABORDAGEM PARA UM “VELHO” TEMA

Em 30 de março de 1980, muitos olhos, esperanças e cassetetes dirigiram-se para a cidade de São Bernardo do Campo, que se tornaria o epicentro da política nacional nos dias seguintes. Nessa data, aproximadamente 300 mil metalúrgicos do ABC paulista e de algumas cidades do interior do estado de São Paulo decidiram entrar em greve em face do não atendimento pelos patrões de suas reivindicações (aumento salarial de 7% pela produtividade e estabilidade no emprego por 12 meses)¹. Em 31 de março, foi recusada

* Este artigo é uma síntese do primeiro capítulo de nossa dissertação: *A Greve de 1980 -- redes sociais e mobilização coletiva dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo*. São Paulo: FFLCH-USP, 2010. (Com apoio da FAPESP). E-mail: macedochico@usp.br.

¹ A pauta inicial de reivindicações era composta por 27 itens. Entretanto, com o andamento das negociações, patrões e trabalhadores polarizaram nos temas acima indicados. Cf. Folha de São Paulo (FSP), 26/3/1980.

pelos empresários a última contraproposta dos trabalhadores. Assim, a greve irrompe a partir de 1º de abril. Nos dias seguintes, os metalúrgicos de alguns municípios aceitaram a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT)². Desse modo, a partir de 9 de abril, apenas os metalúrgicos de São Bernardo, Diadema e Santo André mantiveram-se em greve, e os do último município optaram, em 5 de maio, pelo fim do movimento. Tal decisão só foi tomada pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema em 11 de maio.

Numa conjuntura em que o modelo econômico do regime militar apresentava evidentes sinais de colapso, recebendo agudas críticas de diversos setores da sociedade, e na qual forças sociais – como a imprensa, o movimento estudantil, a Igreja e a Ordem dos Advogados do Brasil – pressionavam pelo aprofundamento da chamada Abertura, que os militares tentavam manter sob seu controle, os trabalhadores voltaram ao cenário público em que “reestream” com as greves de 1978. Com isso, abalavam os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados, até então desconsiderando o operariado³.

A Greve de 1980 – assim como as de 1978 e a de 1979 – recebeu, imediata e posteriormente, uma avalanche de estudos acadêmicos⁴, os quais, em sua maioria, focalizaram os locais de trabalho, a conjuntura (política, econômica e social) do país e as organizações formais dos operários. Nesse movimento, as explicações mais variadas vieram à tona: da luta econômica pura e simples contra o arrocho salarial e a superexploração à resistência operária contra a organização capitalista do processo de trabalho, passando pelo resgate da dignidade, até a formação de um novo tipo de sindicalismo, entre outras. A questão é que as greves do ABC paulista surpreenderam boa parte dos acadêmicos. Afinal, segundo previsões da sociologia do trabalho dos anos 60 e 70, pouco se poderia esperar em termos de ação política autônoma dos operários brasileiros, sobretudo devido à sua predominante *origem migrante e rural*⁵. Além disso, os discursos e as práticas sindicais que

² Reajuste salarial de 7% para os trabalhadores que ganhavam de um a três salários mínimos e de 6% para quem ganhava mais de três salários mínimos. Cf. Diário do Grande ABC (DGABC), 2/4/1980.

³ Para a breve síntese da conjuntura do período apresentada neste parágrafo, valemo-nos de SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (Capítulos 6 e 7) e de STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴ Alguns dos mais conhecidos são: ABRAMO, L. W. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas: Unicamp, 1999; ANTUNES, R. *As formas da greve: o confronto operário no ABC paulista (1978-1980)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1986; MARONI, A. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982; OLIVA, A. M. *Estado autoritário e desobediência operária: os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema*. Dissertação (Mestrado). Campinas: DEPE-Unicamp, 1988; PARANHOS, K. R. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982*. Campinas: Unicamp, 1999; RAINHO, L. F. e BARGAS, O. M. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. v. 1. São Bernardo do Campo: ABCMSBC, 1983; ALMEIDA, M. H. T. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984; HUMPHREY, J. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁵ Obras indispensáveis dessa linha interpretativa são: RODRIGUES, L. M. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966 e LOPES, J. R. B. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1971. Cf., também, o volume especial de *Sociologie du Travail*, nº 4, 1961. Sobre a imagem da classe operária brasileira “em negativo”, elaborada pela sociologia do trabalho dos anos 60 e 70 e seu especial destaque à “origem” como fator explicativo,

emergiam, principalmente no ABC paulista, eram apresentados, por muitos militantes e acadêmicos, como profundamente distintos tanto do que se observava no peleguismo vigente quanto do que se vira nas experiências sindicais do pré-64, enfeixadas sob o rótulo de “sindicalismo populista”. Entretanto, nos anos 80 e, mais acentuadamente, na década de 90, desdobramentos do “novo sindicalismo” fomentaram a crença de que algumas de suas “promessas” não se cumpriram. No mesmo período, aumentaram os estudos que revisitaram o período 1945-1964 e reformularam interpretações sobre o “velho sindicalismo”, relativizando várias teses hegemônicas nos anos 70 e 80. Desse modo, atualmente, dispomos de uma imagem bastante matizada dos supostos contrastes entre “novo” e “velho” sindicalismo: onde, antes, havia somente rupturas, vemos, agora, algumas significativas continuidades⁶.

Os eixos fábrica, conjuntura e organizações formais continuaram, todavia, monopolizando a atenção de historiadores e cientistas sociais que se debruçaram sobre o ABC paulista. Neste artigo, por outro lado, enfocamos, fundamentalmente, as redes sociais – baseadas em vínculos sociais primários, construídos no espaço social e territorial, envolvendo parentes, vizinhos, amigos, colegas e conterrâneos – tecidas pelos metalúrgicos *residentes* em São Bernardo do Campo e suas relações com a mobilização coletiva que sustentou, entre 1º de abril e 11 de maio, a “Greve dos 41 dias”. Considerando que tais redes estruturavam-se e operavam no cotidiano, exploramos aspectos deste, assim como apropriações da cidade deles resultantes, especialmente no transcorrer do movimento paredista.

Em nossa abordagem da Greve de 1980, além de adotarmos as clássicas reflexões thompsonianas sobre classes sociais, incorporamos também recentes contribuições de ramos da historiografia inglesa que procuram dar continuidade e reelaborar o pensamento de E. P. Thompson. Desse modo, partimos das assertivas de M. Savage de que a formação de classe é um processo complexo que envolve a construção de dois tipos de redes sociais, as de largo alcance e as densas. Nas palavras deste historiador inglês:

A formação de classe tem uma dinâmica dupla. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de áreas locais diferentes – espaços de trabalho, bairros residenciais, pontos de lazer e assim por diante. Tais situações viabilizam a transmissão de informações, construção de organizações, troca de idéias e coordenação de mobilização. [...] Segundo, a formação de classe também envolve a construção de vínculos densos que permitem a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e

cf. PAOLI, M. C., SADER, E. e TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, n° 6, 1984.

⁶ Cf. SANTANA, M. A. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política*, n° 10/11/ 1998.

na ausência de organização formal. Nesse ponto, as classes podem ser “extraídas” da “comunidade”, relações face a face, que conduzem à solidariedade social⁷.

O enfoque que adotamos para investigar a “Greve dos 41 dias” tem sido, nos últimos trinta anos, bastante utilizado por trabalhos de sociologia histórica, principalmente dos EUA, na análise de mobilizações coletivas⁸, o que não ocorre no Brasil. Todavia, desde os anos 80, dispomos de importantes investigações nacionais que procuraram “entender padrões de comportamento presentes no cotidiano popular de onde os movimentos sociais extraíram suas energias”⁹. Alguns desses trabalhos, inclusive, ainda que não sistematicamente, já se valiam da noção de redes sociais para tratar da mobilização coletiva/formação de classe. José Sérgio Leite Lopes, por exemplo, comentando, em 1987, o ascenso nacional das mobilizações operárias desde fins dos anos 70, observava que “a família e as redes de vizinhança nos grupos operários situados nos bairros populares das grandes cidades têm importância na constituição e manutenção de uma cultura operária”¹⁰.

Em que pesem tais contribuições pioneiras, é possível afirmamos que, apenas nos últimos quinze anos, a abordagem de redes sociais ganhou, no Brasil, um instrumental teórico-metodológico mais explícito e maior destaque em pesquisas no campo das ciências humanas¹¹, inclusive nas históricas. Destas, ressaltamos a seminal investigação de Paulo Fontes que buscou analisar as articulações, no período 1945-1966, entre vínculos formais e informais na formação do operariado por meio de uma cuidadosa pesquisa sobre trabalhadores de um bairro paulistano ligados a uma grande indústria química nele estabelecida desde fins dos anos 30¹². Segundo o autor, “o estudo procura destacar a importância das redes sociais, e das relações comunitárias para a formação da classe”. Partindo do cotidiano operário, foram investigadas as intrincadas “relações entre industrialização, urbanização, migração e formação de classe no contexto brasileiro dos anos

⁷ SAVAGE, M. “Space, networks and class formation”. In: KIRK, N. (org.). *Social Class and Marxism: defences and challenges*. Aldershot: Scolar Press, 1996, p. 68.

⁸ Para um balanço da produção sobre o tema, cf. KITTS, J. Mobilizing in black boxes: social networks and participation in social movements organizations. *Mobilization: An International Journal*, 5(2), 2000.

⁹ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 18-19.

¹⁰ LOPES, J. S. L. A formação de uma cultura operária. *Tempo & Presença*, n. 220, 1987, p. 7.

¹¹ Cf. BAPTISTA, D. T. *Nas Terras do “Deus-Dará”*: nordestinos e suas redes sociais em São Paulo. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 1998 e MARQUES, E. C. L. *Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo*. Tese (Livre Docência). São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

¹² Afirma P. Fontes que: “Os trabalhadores expressaram e confrontaram os desafios desta era por meio de uma série de estratégias. Suas redes sociais, baseadas no mais das vezes em relações informais entre familiares, amigos, conterrâneos e membros da comunidade, foram fundamentais não apenas para o processo de migração das zonas rurais para a cidade, que grande parte dele vivenciou, mas também para o enfrentamento das dificuldades da vida urbana e dos dilemas do mundo do trabalho. *Tais redes e relações informais também estavam na base de uma verdadeira ‘onda associativa’ e de boa parte da ação política experimentada pelas classes populares em São Paulo naquele período*”. Cf. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 18.

40 e 60”¹³. A abordagem conferida por Fontes a seu objeto pareceu-nos extremamente fértil para pensarmos o caso de São Bernardo do Campo. Além do fato de que os processos analisados pelo autor terem sido, entre os anos 50 e 70¹⁴, especialmente vigorosos na cidade do ABC paulista, a ênfase atribuída por Fontes à articulação entre “trabalhar” e “morar” – assim como às possíveis repercussões desta na constituição de redes sociais densas e de uma identidade operária – mostrava-se bastante profícua para refletirmos sobre a experiência de grande parcela do operariado sambernardense, como nos apontavam diversos indícios.

Após a inauguração da Rodovia Anchieta, em 1947, que corta São Bernardo do Campo ao meio em seu eixo norte-sul, o município, que hoje compõe o que se denomina de ABCDMRP¹⁵, iniciou um processo de profundas transformações em vários aspectos. A localização da cidade, no meio do caminho entre o litoral paulista e a capital do Estado, a oferta de água e energia assegurada pelo complexo da represa Billings, a disponibilidade de força de trabalho, bem como a existência de terrenos baratos e a intervenção dos administradores públicos locais configuraram-se como fortes atrativos para a instalação de indústrias na cidade¹⁶. O município, que, até então, tinha como principais atividades produtivas a agricultura e algumas indústrias dos ramos têxtil e, principalmente, moveleiro, iniciou um processo de intenso crescimento industrial, como nos revela a multiplicação, nas décadas seguintes, da quantidade de estabelecimentos fabris instalados: 133 (1950), 284 (1960), 589 (1970) e 1.099 (1980). Em 1958, a cidade já possuía o terceiro maior produto industrial do Estado de São Paulo¹⁷. Tal ritmo era fomentado, em boa medida, pela instalação, desde meados dos anos 50, de diversas empresas automobilísticas e de outras a elas interligadas na cadeia produtiva, o que fez de São Bernardo o principal polo produtor de veículos do país, tendo, na década de 70, respondido por 70% da produção nacional¹⁸. Igualmente extraordinário era o crescimento do número de postos de trabalho nas indústrias sambernardenses. Entre 1967 e 1980, por exemplo, eles saltaram de 62.067 para

¹³ Para as duas últimas citações, P. Fontes, op. cit., p. 18.

¹⁴ Para uma discussão dos amplos processos constitutivos da reconversão da base da economia brasileira de agrário-exportadora para urbano-industrial, fenômeno intensificado a partir dos anos 30 e acelerado nos anos 50 e 70. Cf. OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003 e PAIVA, O. *Caminhos cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas da construção do Brasil moderno nos anos 1930/1950*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000.

¹⁵ Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema e Ribeirão Pires. Até meados dos anos 1940, acrescentemos, todas essas cidades constituíam um único município.

¹⁶ SOUZA, L. E. S. *Políticas públicas em São Bernardo do Campo no pós-guerra: 1945-1964*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2002 e ALMEIDA, A. *Lutas, Organização Coletiva e Cotidiano: cultura política dos trabalhadores do ABC paulista (1930-1980)*. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 1996.

¹⁷ L. E. S. Souza, op. cit., p. 170.

¹⁸ CÔRREA, M. L. *São Bernardo do Campo: descaracterização da paisagem urbano-industrial e a “nova pobreza urbana”*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2000, p. 57. Segundo o IBGE, em 1970, a indústria automobilística detinha 69,4% do valor da produção industrial do município. Já o setor metalúrgico (material de transporte, material elétrico, mecânica e metalurgia) respondia por 84,26% do referido valor. Cf. *PDIM*, vol. 32. Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (PMSBC), 1977, p. 11 e 42/144.

124.627¹⁹. Tendo em conta tais números, compreendemos por que alguns pesquisadores apontaram São Bernardo do Campo e, mais amplamente, o ABC paulista como importantes núcleos tanto do “desenvolvimentismo” de Juscelino Kubitschek (1956-1961)²⁰ quanto do “milagre econômico” (1968-1973) do regime militar²¹.

A célere industrialização sambernardense era acompanhada de urbanização e crescimento populacional igualmente velozes. Em 1980, 99% da população municipal já vivia em zona urbana²². Entre 1950 e 1980, a população da cidade passou de 29.295 para 425.602 habitantes. Enquanto a cidade de São Paulo crescia a taxas de 4,8% (1960-1970) e 3,7% (1970-1980) ao ano, São Bernardo do Campo apresentava, respectivamente, taxas anuais de crescimento populacional de 9,52% e 7,76%²³. Tais índices, evidentemente, não foram obtidos somente através de crescimento vegetativo. Pelo contrário, até a década de 80, a *migração* era o principal componente do crescimento populacional do município²⁴. Tal contingente humano dirigia-se à cidade buscando, muitas vezes, empregar-se nas indústrias que ali se estabeleciam, afinal, significativas mudanças que, desde meados do século XX, ocorriam no processo produtivo de diversos ramos industriais permitiam que um número crescente de trabalhadores não-qualificados ou semiqualeificados, o que era o caso da maior parte dos migrantes, pudesse ser incorporado à produção fabril²⁵. Do encontro, ao longo das décadas de 50, 60 e 70, desses migrantes com os imigrantes e seus descendentes, principalmente italianos (os quais já habitavam a região, visto que, desde fins do século XIX, em parte da área hoje ocupada pelo município, desenvolveram-se núcleos coloniais), formar-se-ia a classe operária em São Bernardo do Campo²⁶.

Da perspectiva adotada neste artigo, importa observar que, para os trabalhadores sambernardenses, o intervalo entre os anos 50 e 70 foi especialmente importante para a

¹⁹ BLUM, P. R. C. *São Bernardo do Campo: um exemplo de desenvolvimento urbano condicionado por variáveis externas*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: EAESP-FGV, 1985, p. 156.

²⁰ SHAPIRO, H. “A primeira migração das montadoras: 1956-1968”. In: ARBIX, G. e ZILBOVICIUS, M. (orgs.). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997.

²¹ R. Antunes, op. cit.

²² P. R. C. Blum, op. cit., p. 114.

²³ Cf. CALDEIRA, T. P. *A Política dos Outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 19 e *Compêndio Estatístico 2005*. Seção de Pesquisa e Banco de Dados. PMSBC, p. 25.

²⁴ Cf. PIMENTEL, M. I. S. *O migrante em São Bernardo do Campo: experiências e expectativas de migrantes ingressos entre 1950 e 1980 em São Bernardo do Campo e sua integração à cidade*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

²⁵ Cf. RODRIGUES, L. M. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970 e GONÇALVES, J. S. R. C. *Mão-de-obra e condições de trabalho na indústria automobilística do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1985. Aponta L. F. Rainho, op. cit., p. 249, que, em meados da década de 70, 85% dos operários da “moderna” indústria automobilística eram semiqualeificados ou não-qualificados.

²⁶ Como salientou John French (*O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995), as organizações e lutas dos operários do ABC paulista remontam à primeira metade do século XX. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, por exemplo, do qual se originou, por desmembramento, em 1959, o SMSBCD, foi fundado em 1933. Reconhecendo tais continuidades, assim como os impactos e as especificidades dos processos que se intensificaram a partir dos anos 50, talvez o termo mais adequado fosse “(re)formação da classe operária”.

mobilização e reestruturação de suas redes sociais. De fato, nesse período, eles recorreram a parentes, amigos e conterrâneos para viabilizar o processo migratório e para se movimentarem no mercado de trabalho local; estabeleceram novos laços de vizinhança; reordenaram modalidades de lazer; teceram e entrelaçaram fios relacionais que consubstanciaram sua sociabilidade urbana²⁷. Igualmente, importa salientar que, se em meados dos anos 70 boa parte dos trabalhadores do setor metalúrgico não residia em São Bernardo, não podemos ignorar o fato de que, entre as décadas de 50 e 70, aproximadamente 50% da população economicamente ativa *residente* nessa cidade eram trabalhadores industriais²⁸. A instalação crescente de indústrias, nas proximidades das quais vários bairros cresceram, possibilitava que muitos sambernardenses nelas se empregassem e morassem mais próximo de seus locais de trabalho, evitando, assim, longos deslocamentos para cidades vizinhas. Em 1972, por exemplo, apenas 20% da população economicamente ativa do município trabalhavam em outra cidade²⁹.

Diante desse quadro, neste artigo discutimos de que maneira a proximidade entre locais de moradia³⁰, de trabalho e de lazer³¹, bem como a intensa concentração operária características do município, detentor de área relativamente exígua³², estiveram associadas à constituição, entre os operários da cidade, de redes sociais densas, e como estas repercutiram sobre a vigorosa mobilização coletiva que sustentou a Greve de 1980. Sendo assim, consideramos que o caso sambernardense foi de grande fertilidade para pensarmos dimensões espaciais no processo de formação de classe. Como observa M. Savage, o espaço não é apenas o cenário, o *locus* onde a formação de classe acontece, mas é *em si parte desse processo*: enfim, as classes se constituem, também, ao se apropriarem, por meio de redes sociais, de modo diferenciado do espaço³³. Isso ficou patente na Greve de 1980 quando a

²⁷ Cf. F. B. Macedo, op. cit. (Capítulo 3).

²⁸ L. E. S. Souza, op. cit., p. 143-145. Em 1975, estimava-se que, das 125.910 pessoas ocupadas pelas indústrias de São Bernardo, 52.096, ou seja, 41% residiam em São Bernardo. Na mesma ocasião, das 95.274 pessoas empregadas pelo setor metalúrgico, 33.541, isto é, 35% morariam em São Bernardo do Campo. Cf. M. I. S. Pimentel, op. cit., p. 47.

²⁹ Cf. BAVA, S. C. "As lutas nos bairros e a luta sindical". In: KOWARICK, L. (coord.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 255.

³⁰ Alguns trabalhos sobre o operariado procuraram acentuar a importância dos locais de moradia como fértil terreno para a constituição de sociabilidades e identidades coletivas, bem como para o estabelecimento de solidariedades duradouras e personalizadas. Cf., por exemplo, DUARTE, A. L. *Cultura popular e cultura política nos após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973. Tese (Doutorado). Campinas: IFCH-Unicamp, 2002 e HOGGART, R. *As utilizações da cultura*. v. 1. Lisboa: Presença, 1973.

³¹ Pesquisas elaboradas nos anos 70 e 80 enfatizaram que as atividades de lazer eram "notoriamente meios dos mais eficazes para a criação e manutenção de grupos sociais primários nas grandes cidades" por oferecerem a "oportunidade do encontro, do estabelecimento de laços, do reforço dos vínculos de lealdade e reciprocidade, da construção das diferenciações". Cf., respectivamente, MAGNANI, J. G. C. "Lazer dos trabalhadores". *São Paulo em Perspectiva*, v. 2, n. 3, 1988, p. 39 e REQUIXA, R. "O lazer na grande cidade e os espaços urbanizados". *Cadernos de Lazer*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1977, p. 22.

³² *Grosso modo*, nos anos 70, algo em torno de 95% da população sambernardense vivia em uma área de aproximadamente 53,47 km². Cf. *Subsídios Estatísticos*. SPE. PMSBC, 1976.

³³ Op. cit., p. 59.

mobilização coletiva, extravasando fábricas e sindicato, espraizou-se pelo espaço urbano sambernardense – sobretudo pelos bairros com concentrações de operários. Nesse processo, ressaltando-se as múltiplas dimensões do processo de formação de classe em curso, evidenciou-se a *interação* entre vínculos informais preexistentes ao movimento – tecidos tanto nas fábricas quanto em outros *loci* do espaço urbano sambernardense – com aqueles formais – em especial, os sindicais. Igualmente, ganharam visibilidade valores e práticas socioculturais vigentes entre os trabalhadores que se mostraram imprescindíveis à mobilização coletiva, bem como uma linguagem própria que ganhava sentido “quando referida a um determinado momento histórico e às experiências de seus protagonistas”³⁴.

Boa parte dos aspectos abordados neste artigo foi apontada por importantes investigações³⁵ que se dedicaram a pensar as greves metalúrgicas – principalmente, aquelas do ciclo 1978-1980 –, entretanto, tais observações não foram aprofundadas por não ser o foco dessas pesquisas. Com a abordagem aqui adotada, pretendemos contribuir para a compreensão da notável (re)apropriação do espaço urbano local e do prolongado/intenso engajamento dos metalúrgicos sambernardenses que marcaram a “Greve dos 41 dias”, uma das mais importantes ações coletivas do operariado brasileiro, que em seu transcorrer contou com adesões que largamente ultrapassaram a base de filiados do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD)³⁶.

COM UM SABER SÓ DE EXPERIÊNCIAS FEITO...

Mal acabara o Natal de 1979 e os dirigentes do SMSBCD já se reuniam na sede sindical, situada na Rua João Basso, em São Bernardo do Campo. Urgia prosseguir com os preparativos da Campanha Salarial de 1980. Após algum debate, decidiram que era necessário “promover reuniões nos *bairros operários* para esclarecer aos trabalhadores ali residentes”³⁷ sobre a campanha salarial em curso. Mais de uma década depois, a historiadora Kátia Paranhos, comentando tal deliberação, observava que, em 1980, os “*dirigentes sindicais* resolveram encaminhar a campanha salarial *de maneira diferente*”. Isto é, “além das reuniões por fábricas ou até mesmo setores de cada empresa”, eles empreenderam reuniões em bairros, “procurando *buscar o trabalhador em seu local de moradia*”³⁸. Notemos que o caráter *inabitual* do procedimento dos sindicalistas não passou despercebido à pesquisadora, a qual, contudo, não se deteve na questão, visto que não era

³⁴ BLASS, L. *Estamos em greve!:* imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 14.

³⁵ Cf., especialmente, S. C. Bava, op. cit. e NEGRO, A. L. *Linhas de montagem:* o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978). São Paulo: Boitempo, 2004.

³⁶ Estimava-se, antes do início do ciclo grevista de 1978-1980, que os sócios do SMSBCD fossem algo em torno de 40 mil, o que corresponderia, aproximadamente, a um terço da categoria. Cf. A Vanguarda, 17/9/1977.

³⁷ Ata da reunião ordinária da diretoria efetiva do SMSBCD, 26/12/1979. Arquivo do SMSBCD.

³⁸ K. Paranhos, op. cit., p. 193.

este seu foco de investigação. Para nós, todavia, a indicação da historiadora é bastante profícua. Afinal, o que teria levado os dirigentes sindicais a agirem “de maneira diferente”?

Parte fundamental da resposta encontra-se na experiência de mobilização coletiva vivenciada, durante a Greve de 1979, por operários e seus dirigentes sindicais. Se em 1978 as greves metalúrgicas ocorreram no interior das fábricas, em 1979 elas assumiram a característica de greve geral que se espalhou pelas ruas de São Bernardo do Campo e outras cidades do ABC paulista. Para que isso ocorresse, muito colaborou a estratégia repressiva adotada pelos patrões após as paredes de 1978. Com efeito, no começo de 1979, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) instruía seus filiados a “tentar de todas as formas colocar os grevistas na via pública”³⁹. Os empresários procuravam, com tal medida, valer-se de sua aliança com as forças de segurança do Estado para minar as ações reivindicatórias dos operários. Exotados das fábricas para sofrerem repressão policial, os trabalhadores evidenciaram uma nova força nas ruas, onde elaboraram novas práticas de mobilização, (re)apropriando-se do espaço urbano sambernardense e revelando às lideranças sindicais metalúrgicas a importância de vínculos como vizinhança e amizade para a sustentação do movimento paredista.

Nesse sentido, em 25 de março de 1979, momento crítico da greve, visto que dois dias antes havia sido efetivada intervenção federal no SMSBCD, Luiz Inácio da Silva, o Lula, na época presidente da instituição, discursando a 15 mil metalúrgicos na praça em frente da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, recomendava-lhes: “amanhã, todos sabem o que fazer a partir das 4h30, *é preciso estar nos pontos de ônibus e nos bares*. O mais importante é não ir às portas de fábrica. Vocês sabem o que fazer, já fizeram isto durante 10 dias, um trabalho de formiguinha”⁴⁰. Estando inoperante o sindicato, principal instrumento formal de organização e expressão política dos trabalhadores, a mais destacada liderança do movimento grevista apontava os espaços decisivos onde iria se desenrolar a sustentação da greve. Assim, os pontos de ônibus – localizados nos bairros – e os bares, espaços do cotidiano e da sociabilidade habitual dos trabalhadores, eram apresentados como a nova “arena pública” em que seria definida a unidade dos trabalhadores e a continuidade do movimento. Entretanto, é fundamental destacarmos que o dirigente sindical afirmava estar apenas formulando ao nível discursivo e atribuindo caráter de orientação geral àquilo que já estava sendo praticado pelos trabalhadores desde o início da greve.

Receoso de um confronto entre metalúrgicos e policiais no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, Lula insistia: “todos têm que fazer o seu trabalho, *em suas casas, nas suas vilas e bairros, visitando companheiros e conversando*”⁴¹. Apesar dos esforços do presidente do SMSBCD, os metalúrgicos se dirigiram ao Paço Municipal e lá realizaram uma assembleia no período da tarde. O líder sindical, ainda tentando evitar embates nos espaços

³⁹ Documento da FIESP orientando seus filiados a respeito do procedimento a ser adotado na hipótese de ocorrência de novas greves (1979). In: L. F. Rainho e O. M. Bargas, op. cit., p. 213.

⁴⁰ Ibidem, p. 141.

⁴¹ Ibidem, p. 141.

públicos sob vigilância policial, voltou a salientar a importância dos vínculos de vizinhança – e do modo como já vinham sendo mobilizados – para a continuidade do movimento: “todos devem se encontrar em suas próprias casas, *fazendo contatos com os companheiros que moram mais perto*, quem disser que não sabe o que fazer está mentindo, ninguém pode ter esquecido”⁴².

Tais orientações não eram uma posição isolada de Lula, mas algo compartilhado pelas demais lideranças da parede. Assim, no “Boletim de Orientação” de 26 de março, subscrito pela “Diretoria do SMSBCD” e pela “Comissão de Salários”⁴³, entre as dez instruções listadas no documento, reitera-se que: “devemos ir aos pontos de ônibus para *convencer* os companheiros a não ir trabalhar”; “devemos ficar em casa com a família e *visitar os amigos* para convencê-los a manter a unidade”⁴⁴. É, portanto, todo o comando da greve que aponta os “espaços” privilegiados para a atuação operária (pontos de ônibus e casas dos amigos) e o modo como os vínculos de amizade deveriam ser mobilizados na sustentação do movimento paredista. Como narra Antonio Possidonio Sampaio, em seu “romance-reportagem” sobre a Greve de 1979: “a ordem era conversar. Em casa, nos bares, nas portas das fábricas, dentro dos ônibus, nos trens, nas igrejas, *onde quer que encontrassem grevistas*”⁴⁵. A essa altura, tais indicações se afirmavam como parte da estratégia geral de condução da greve. A continuidade do movimento assim o demonstraria. No dia 27 de março, os metalúrgicos decidiram suspender a greve durante 45 dias para que as negociações com os patrões tivessem andamento. Em 6 de maio de 1979, alguns dias antes da assembleia dos metalúrgicos que decidiria se o acordo que estava sendo entabulado com os patrões seria aprovado, a diretoria do SMSBCD distribuía um “Boletim de Orientação” em que se destacava a necessidade de “*continuar as discussões com os companheiros dentro das fábricas e com aqueles que moram perto de suas casas*”⁴⁶. Nessa ocasião, fábricas e bairros já eram entendidos como espaços igualmente relevantes para a mobilização coletiva.

Os sindicalistas sambernardenses rapidamente perceberam potencialidades mobilizadoras em vínculos informais de vizinhança e de amizade existentes entre operários da cidade⁴⁷ e buscaram canalizá-las para a sustentação do movimento grevista. Assim, as

⁴² Ibidem, p. 142.

⁴³ Em junho de 1980, Frei Betto, responsável pela organização da Pastoral Operária em São Bernardo, explicava: “A comissão de salários é o órgão deliberativo dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Nada se faz aqui sem a discussão e a decisão da comissão de salários, que é integrada por 425 trabalhadores que representam as principais indústrias da região”. Cf. Entrevista com Frei Betto, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/6/1980 e 28/6/1980. Cf. A Igreja na greve dos metalúrgicos – São Bernardo, 1980. *Religião e Sociedade*, 6, nov. 1980, p. 18.

⁴⁴ OLIVA, A. M. (coord.). *Imagens da Luta: 1905-1985*. São Bernardo do Campo: SMSBCD, 1987, p. 175.

⁴⁵ SAMPAIO, A. P. *Lula e a greve dos peões* (romance-reportagem). São Paulo: Escrita, 1982, p. 103.

⁴⁶ L. F. Rainho e O. M. Bargas, op. cit., p. 234.

⁴⁷ As orientações das lideranças sindicais serviam, também, para os metalúrgicos residentes em outras cidades do ABC paulista e mesmo para aqueles morando em bairros paulistanos (das zonas sul e leste, fundamentalmente). Neste artigo, todavia, focalizamos prioritariamente os metalúrgicos residentes em São Bernardo, município polarizador da mobilização coletiva e onde morava a ampla maioria dos dirigentes do SMSBCD.

lideranças sindicais reconheciam e procuravam mobilizar importantes vínculos constitutivos das redes sociais dos operários, sugerindo-nos a existência de um denso tecido relacional nos locais de moradia dos trabalhadores.

Em boa medida, os membros da diretoria do SMSBCD assim agiam por partilharem experiências comuns a tantos outros operários sambernardenses. Para além do conhecimento do duro cotidiano do chão de fábrica, outras vivências externas ao espaço da usina pareciam, também, ser decisivas. Se considerarmos os diretores eleitos para a gestão 1978-1981, verificaremos que, em sua maioria, eles sabiam o que era residir em bairros com grande concentração de operários, uma vez que dois terços deles (16 em 24) eram *moradores* de São Bernardo⁴⁸, onde aproximadamente 7 em 10 trabalhadores industriais empregados e residentes na cidade atuavam, segundo uma publicação municipal de 1976⁴⁹, em empresas metalúrgicas. Lula, por exemplo, residia na mesma vizinhança em que outros três diretores eleitos em 1978: Nelson Campanholo, Salvador Venâncio e José Joeste Fontes. Vale acrescentar que Nelson era amigo pessoal de Lula e foi, em 1974, padrinho de seu casamento⁵⁰. Ambos, portanto, sabiam o que era ter um amigo/vizinho metalúrgico e visitar a casa deste. Igualmente, podiam estimar a probabilidade de que metalúrgicos fossem vizinhos e de que fomentassem alguma prática de interação vicinal⁵¹. Supunham, também, diversas influências que poderiam fluir por tal canal, inclusive estímulos para aderir a ou permanecer em greve. Todavia, na Greve de 1979, aparentemente, foram os próprios operários que, diante da crescente repressão policial e de outras dificuldades colocadas à manutenção da parede, passaram, para prosseguir com o movimento, a mobilizar suas redes sociais, revelando potencialidades destas às lideranças sindicais. Em julho de 1979, Wagner Lino Alves, operário metalúrgico e ativista sindical, tentava sintetizar como se deu tal processo:

No primeiro momento vocês podiam ver o piquete se concentrar todo na porta da fábrica, pois era o local onde o pessoal descia do ônibus. E o próprio trabalhador assumiu a greve, como resultado de todo um trabalho. [...] Quando a repressão aumentou nas portas de fábricas, o próprio trabalhador falou: “Nós vamos parar o negócio no meio do caminho”. E começaram a aparecer os piquetes volantes que paravam os ônibus no meio das estradas. E *aí você já não ia dizer que deveria se fazer piquete aqui ou ali, o cara já falava pra gente onde seria feito. O que se organizou de grupo de piquete aí [...]. Num momento mais avançado, o próprio trabalhador assumiu tudo, porque o negócio começou a ser feito no próprio bairro, de casa em casa, na feira-livre. A maioria dos ônibus de empresa sai dos bairros e a polícia andou prendendo gente nas feiras, nos bairros. O pessoal começou a ir aos*

⁴⁸ Comunicado de Roberto Quass (Diretor da Divisão de Informação) para Edsel Magnotti (Diretor da DOS). Fichas dos componentes da diretoria do SMSBCD. 11/5/1978. Doc. 4. OS – 0288. Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), setor Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops).

⁴⁹ Para a estimativa, Cf. *Subsídios Estatísticos*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1976.

⁵⁰ Cf. www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr672-2@.doc (acessado em 9/11/2009).

⁵¹ As pessoas precisam atuar ativamente para produzir relações de vizinhança. Não admitindo isso, estaríamos aceitando o determinismo espacial. Cf. WELLMAN, B. e LEIGHTON, B. *Networks, neighborhoods and communities. Urban Affairs Quarterly*, v. 14, n° 3, 1979.

*pontos de ônibus de manhã, para evitar que a turma tomasse o ônibus, aliviando, assim, o pessoal da porta da fábrica, que a gente continuou mantendo. O ônibus chegava, mas 95% da carga já não existiam. [...]. No último momento, quando a coisa era no bairro, se um companheiro sabia que outro estava furando, ele levava a mulher e os dois iam conversar com o cara e com a família. O mais importante dessa greve foi que o Sindicato de São Bernardo, com a direção muito firme, conseguiu manter o movimento na rédea [...]. Existiam idéias diferentes no meio do pessoal, mas prevaleceu a idéia do sindicato, da direção do sindicato*⁵².

Ao recorrerem às suas redes sociais para que a greve continuasse, os operários sugerem-nos a plasticidade de suas práticas socioculturais. Nos estertores da parede, por exemplo, teríamos visitas familiares sendo convertidas em atos fomentadores da mobilização coletiva. O depoimento de Alves enfatiza, ainda, a relação entre formas de repressão policial e de mobilização operária. À medida que a primeira se intensificava, a segunda se tornava mais informal, o que certamente dificultava ou mesmo impossibilitava a ação repressora das forças de segurança do Estado. De certo modo, o que Alves delineia é um processo em que se foi do “piquete em porta de fábrica” ao “piquete em porta de casa”, passando pelo “piquete em ponto de ônibus”, observando-se que tais modalidades de ação não se excluía, mas se combinavam, em função das circunstâncias, de múltiplas maneiras. Nesse movimento, o que o operário metalúrgico destaca é a articulação entre instituição formal e práticas informais dos operários, as quais interagem com deliberações coletivas e orientações das lideranças sindicais. Estas, por sua vez, reconheceram a eficácia mobilizadora das redes sociais dos operários da cidade, os quais, em alguns momentos, até surpreendiam as lideranças da parede devido à sua autonomia em certas ações, como nos piquetes feitos nos bairros. Estes, segundo Rainho e Bargas, “às vezes, chegaram a contar até com 200 ou mais trabalhadores que se reuniam, em muitos casos, independentemente e até mesmo sem o conhecimento da direção da greve”⁵³.

O movimento grevista de 1979 evidenciou, também, aos dirigentes sindicais a importância da família e, mais especificamente, das esposas na mobilização coletiva. Assim, eles constataram que “era necessário envolver a família do metalúrgico”⁵⁴ e que “uma grande aliada, pra que a greve pudesse acontecer, seria a companheira do metalúrgico”⁵⁵. Do mesmo modo que a maioria dos operários metalúrgicos sambernardenses, os diretores eleitos para a gestão 1978-1981 do SMSBCD eram, em sua maior parte, *homens casados*⁵⁶.

⁵² Entrevista com Wagner Lino Alves, concedida a Maria Dolores Prades e Maria Aparecida de Paula Rago em 19/7/1979 e 26/7/1979. Cf. O arrocho treme nas bases do ABC: debate com os trabalhadores das bases do Sindicato de São Bernardo. *Escrita. Ensaio*, ano IV, n° 7, abril de 1980, p. 68.

⁵³ L. F. Rainho e O. M. Bargas, op. cit., p. 127.

⁵⁴ Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 9/10/2008.

⁵⁵ Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.

⁵⁶ Em estudo realizado, em 1984, por L. M. Rodrigues, na fábrica da Ford em São Bernardo, sua amostra indicou que 79% dos “trabalhadores horistas” da empresa eram “casados” ou “viviam maritalmente”. Cf. “Trabalhadores de uma indústria automobilística: perfil social e participação sindical”. In: *Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990, p. 110. Segundo E. Souza-Lobo, no setor metalúrgico sambernardense,

Vivenciavam, portanto, a mesma experiência da pressão dos vínculos familiares – em especial, das esposas – sobre suas decisões. Isso nos ajuda a entender por que Sampaio, em seu “romance-reportagem” sobre a Greve de 1979, apresenta-nos um Lula preocupado com as “*visitas que ele e os demais diretores do sindicato deveriam fazer no fim de semana às esposas dos companheiros mais ativos, antes que os adversários pusessem minhocas na cabeça das desprevenidas*”⁵⁷.

Experiências dos 15 dias de paralisação do trabalho em 1979 muito repercutiram sobre a preparação e os modos de condução da Greve de 1980. Nesta, a perspectiva de um longo movimento paredista e de, a partir de seu início, uma intervenção federal iminente⁵⁸ contribuíram para que as redes sociais dos operários ganhassem amplo espaço na estratégia de mobilização dos dirigentes do SMSBCD. De fato, quando na preparação da Greve de 1980, imaginavam um operário tomando decisões sobre sua participação na parede, ele não era concebido como indivíduo isolado, mas como sujeito “enredado”, o qual deliberava tensionado por pressões das empresas e por relações com familiares, parentes, amigos, vizinhos e, é claro, colegas de trabalho. Os clamores das lideranças sindicais pela mobilização de tais vínculos iam, aparentemente, ao encontro de valores e práticas socioculturais arraigados entre os operários. Por isso, obtinham resposta.

Se foi no “calor da luta” que as lideranças sindicais metalúrgicas formularam a concepção de que a mobilização coletiva se engendrava a partir da articulação de múltiplos vínculos e espaços sociais – da militância sindical aos laços familiares; das assembleias em espaços públicos às casas dos operários –, o longo e cuidadoso trabalho de preparação da Greve de 1980, por parte dos dirigentes e ativistas do SMSBCD, foi imprescindível para que o potencial mobilizador das redes sociais dos operários fosse intensamente aproveitado. Ressaltando, em abril de 1980, o esforço organizativo da articulação fábricas-sindicato-bairros, a *Tribuna Metalúrgica* (TM), jornal do SMSBCD, afirmava: “desde o começo, a nossa campanha salarial foi discutida em favelas, sociedades amigos de bairro, em reuniões que participaram até quatrocentos companheiros e suas famílias”⁵⁹.

Acrescentemos que a própria estrutura organizativa elaborada por dirigentes e ativistas sindicais, para sustentar a mobilização na Greve de 1980, configurava-se como um arranjo piramidal⁶⁰ que, tendo no ápice a Diretoria do SMSBCD (24 membros), buscava atingir a base composta por milhares de operários incrustados nos bairros em que residiam, valendo-se para isso de elos intermediários como a “Comissão de Salários” (cerca de 400 membros) e um significativo contingente de “metalúrgicos ativistas (cerca de 4 mil). Uma vez

as mulheres eram, em 1976, apenas 9%. Cf. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 33.

⁵⁷ A. P. Sampaio, op. cit., p. 54.

⁵⁸ Cf. FSP, 27/3/1980 e 28/3/1980.

⁵⁹ TM, 4/1980. A preparação da Campanha Salarial incluiu a realização de “operações tartaruga” e a redução da quantidade de horas extras prestadas pelos operários. Cf. FSP, 30/3/1980.

⁶⁰ Cf. FSP, 3/5/1980; R. Antunes, op. cit., p. 207-208; *41 Dias de Resistência e Luta: uma análise da greve feita por quem dela participou*. São Bernardo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

tomada, em assembleia geral pública, a decisão de iniciar ou prosseguir com a Greve, a “pirâmide” se colocaria em movimento. Estratégias de mobilização seriam definidas pela Diretoria do SMSBCD, pelo Comando de Greve “Substituto”⁶¹ e pelos membros Comissão de Salários⁶². Os últimos seriam referência para articular a ação de outros metalúrgicos ativistas⁶³, alcançando, finalmente, os demais operários. O fluxo poderia, também, ser invertido: informações oriundas da base – sobre, por exemplo, as ações nos bairros e o “ânimo” dos grevistas – teriam a possibilidade de chegar ao topo da pirâmide e assim manter as lideranças cientes do cotidiano da Greve⁶⁴.

Visando assegurar a possibilidade de a parede se estender por considerável período, criou-se, também, o Fundo de Greve (FG)⁶⁵, uma entidade juridicamente autônoma em relação ao SMSBCD. Assim, mesmo que houvesse intervenção federal, os dirigentes sindicais poderiam manter um braço institucional sob seu controle, o qual, além disso, funcionaria como importante polarizador de relações com outros setores sociais. Em que pesem as múltiplas alianças e apoios que a conjuntura sociopolítica da Abertura propiciava, os dirigentes sindicais de São Bernardo do Campo depositaram, fundamentalmente, suas expectativas de sucesso da Greve de 1980 no volume de adesões e na capacidade de mobilização dos operários metalúrgicos envolvidos na parede. Nesse sentido, com o início da Greve de 1980, apelaram, constante e crescentemente, às redes sociais dos trabalhadores.

LINGUAGEM DE CLASSE E VOCABULÁRIO DE REDES SOCIAIS NA GREVE DE 1980

Desde o primeiro dia de paralisação, quando 40 mil trabalhadores reuniram-se no Estádio de Vila Euclides, lideranças sindicais sambernardenses recorreram, explicitamente, ao potencial mobilizador das redes sociais dos operários. Em seu discurso, “Lula reiterou o pedido para que não sejam feitos piquetes nas portas das fábricas [...]. Salientou, entretanto, *para os operários procurarem os vizinhos e os amigos, para que eles adiram à*

⁶¹ Os diretores do SMSBCD, prevendo sua própria prisão, escolheram 16 pessoas para substituí-los. A maior parte dos “substitutos” atuava na Comissão de Salários, sendo alguns militantes de organizações políticas de esquerda que já atuavam clandestinamente nas fábricas.

⁶² Cf. nota 43. Vale observar que a Comissão de Salários contava com a participação substancial e ativa de operários que militavam em organizações políticas de esquerda (MR-8, PCdoB, PCB, Convergência Socialista, MEP, Ala Vermelha entre outras). Cf. Entrevista com Enílson Simões de Moura, concedida ao autor em 2/9/2009.

⁶³ Considerando os trabalhadores que compareciam às assembleias sindicais imediatamente anteriores ao início da Greve de 1980 (aprox. 4 mil) e aqueles que estavam presentes na assembleia que pôs fim à parede (aprox. 4 mil), estimamos um agrupamento com comprometimento relativamente elevado em relação ao SMSBCD. Aos integrantes desse conjunto, denominamos “metalúrgicos ativistas”, cuja intensidade e modalidade de participação na mobilização coletiva foram extremamente variáveis. Cf., respectivamente, “Estatística do número de trabalhadores, por empresa, na assembléia geral extraordinária, do dia 29 [de fevereiro] e 1º [de março], às 3 seções, em convocação, referente à Campanha Salarial.” Arquivo SMSBCD e Rel. nº 75/80 de Fox 6 para Del. Tit. da Del. de Sind. e Assoc. de Classe do Deops. Ref. Ass. dos Metalúrgicos do ABC. 12/5/1980. OS – 1147. Aesp, setor Deops.

⁶⁴ Cf. *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 27-28.

⁶⁵ Cf. LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos).

paralisação”⁶⁶. Dois dias depois, em nova assembleia geral, o presidente do SMSBCD “pediu aos trabalhadores que aproveitem o feriado [da Semana Santa] para *visitar outros companheiros e aumentar as adesões à greve*”⁶⁷ e que, para a próxima reunião pública, “cada trabalhador traga mais dois”⁶⁸. Por sua vez, estimulando a coesão entre os grevistas, o boletim oficial do SMSBCD recomendava, em suas edições de 8 e 10 de abril: “convença seu *vizinho* metalúrgico a *continuar em greve*. Só voltaremos a trabalhar vitoriosos”⁶⁹. Em 12 de abril, um sábado, Lula voltava a explicitar a tarefa em que trabalhadores deveriam se empenhar aos domingos, dia em que, geralmente, não ocorriam assembleias: “Amanhã é *dia de visitar os amigos e os vizinhos* e pedir para eles não trabalharem”⁷⁰. Similarmente, no domingo anterior, o presidente do SMSBCD orientara que “*todos deveriam ir às casas dos companheiros levar estímulo e apoio moral*, explicando bem o objetivo da greve para que todos possam estar cientes e confiantes na vitória”⁷¹.

Durante a “Greve dos 41 dias”, apelos semelhantes perpassaram documentos e discursos públicos elaborados por dirigentes e ativistas sindicais. Em 14 de abril, horas antes do julgamento em que o TRT declararia a ilegalidade da Greve, o boletim do SMSBCD instruía: “*visite seus colegas metalúrgicos*. Mantenha-os firme”⁷². Quinze dias depois, concitando os trabalhadores à presença no 1º de Maio, em Vila Euclides, Juraci Magalhães, dirigente do SMSBCD, insistia: “*todos devem comparecer, convidando também os vizinhos e amigos*”⁷³. Tais convites deveriam se estender aos familiares e parentes. Pouco antes do início da Greve, discursando nas portas da Mercedes Benz, o ativista sindical Alemão, convocando os trabalhadores à assembleia, repetia o que se tornara, praticamente, um dos motes centrais da Campanha Salarial de 1980: “*levem seus filhos, esposas, noivas, sogro e sogra, levem todos para o Estádio*”⁷⁴. Para o mesmo local, com o movimento grevista em seus primeiros dias, Lula pedia aos trabalhadores que “*fossem e levassem seus parentes e*

⁶⁶ DGABC, 2/4/1980. O jornal do SMSBCD confirmava a orientação aos trabalhadores: “No geral, 70% dos trabalhadores cruzaram os braços às primeiras horas do dia 1º. [...]. No dia de hoje, é preciso que a *paralisação atinja um índice absoluto, devendo os companheiros se empenharem junto aos ‘fura-greves’, nos próprios locais de residência, para que eles se convençam de não ir trabalhar.*” Cf. TM, 4/1980.

⁶⁷ FSP, 4/4/1980.

⁶⁸ Telex do Deops (SP) ao SNI, DRT, CIOP, IV Comar, II Exército e Comissão Naval sobre o “Ato público realizado pelos metalúrgicos grevistas no Estádio de Vila Euclides, em S. Bernardo do Campo.” 3/4/1980. OS – 0099. Aesp, setor Deops.

⁶⁹ *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 8 e 10/4/1980.

⁷⁰ DGABC, 13/4/1980.

⁷¹ Resumo sobre a Missa Pascal dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. 6/4/1980. Doc. 02. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

⁷² *Boletim intitulado “Nossa luta continua até a vitória final, haja o que houver”* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado em 14/4/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

⁷³ Relatório de informante (Segurança da Mercedes Benz) ao Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. Ref. Assembléia realizada na Matriz de São Bernardo do Campo, no dia 29/4/1980, às 10h30. s/data. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

⁷⁴ Relatório de informante (Segurança da Mercedes Benz) ao Setor de Análise, Operações e Informações do Deops. Ref. Resumo dos discursos da Diretoria do SMSBCD, realizados, nas portas da Mercedes Benz, no dia 19/3/1980. S/data. OS – 1148. Aesp, setor Deops.

*amigos*⁷⁵. Dias antes, nos portões da Volkswagen, não perdera a oportunidade: “vá ao campo e vamos fazer efetivamente uma *assembléia com mulheres e filhos dos trabalhadores*”⁷⁶. Nos últimos momentos da parede, quando a maior parte da diretoria do SMSBCD já estava presa, o boletim da Greve não desafinava: “o lugar das famílias dos trabalhadores, sua mulher, irmã, mãe, sogra e de seus filhos já está assegurado: *não só dentro de casa, mas ombro a ombro assumindo a sua luta*”⁷⁷.

Na Greve de 1980, assim como em 1979, à medida que se intensificava a repressão estatal à parede, as redes sociais dos operários foram ganhando mais importância no processo de mobilização coletiva. Eventos como a decretação da ilegalidade da Greve pelo TRT (14 de abril); a escalada da repressão policial em toda a cidade (a partir de 15 de abril); a intervenção federal no SMSBCD (17 de abril); o início das prisões de dirigentes e ativistas sindicais (19 de abril); a proibição das assembleias em espaços públicos (20 de abril) e as ameaças patronais de demissão por justa causa dos grevistas, sob alegação de que estes iriam completar trinta dias contínuos de ausência ao trabalho, o que configuraria “abandono de emprego”⁷⁸ (a partir de 23 de abril), fomentaram o discurso que estimulava os trabalhadores à politização crescente de espaços e relações de sua vida cotidiana. Aparentemente, a dupla inserção das lideranças grevistas – membros e representantes da classe – permitia-lhes transitar entre um “falar para dentro” – baseado em categorias como família, parentes, amigos, vizinhos, colegas etc. – e um “falar para fora” – ancorado em termos como classe trabalhadora, classe operária etc. Com esse duplo movimento⁷⁹, elaboravam uma “*linguagem de classe* fundada em um *vocabulário de redes sociais*”, a qual, na conjuntura sociopolítica da Abertura, encontrava ampla ressonância em vínculos, práticas e valores socioculturais vigentes entre os trabalhadores em greve.

REDES SOCIAIS EM MOVIMENTO NA SUSTENTAÇÃO DA GREVE DE 1980

Como vimos, na preparação da Greve de 1980, os dirigentes do SMSBCD esforçaram-se para definir a família, não o indivíduo, como unidade básica da mobilização coletiva. Os padrões também reconheceram as esposas e as famílias como importantes aliadas na

⁷⁵ Telex do Deops (SP) ao SNI, DRT, CIOP, IV Comar, II Exército e Comissão Naval sobre o “Ato público realizado pelos metalúrgicos grevistas no Estádio de Vila Euclides, em S. Bernardo do Campo.” 3/4/1980. OS – 0099. Aesp, setor Deops.

⁷⁶ Transcrição do discurso de Lula em comício da diretoria do SMSBCD na portaria (P-II) da Volkswagen do Brasil no dia 11/3/1980 às 14h30. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22). Aesp, setor Deops.

⁷⁷ Boletim intitulado “*Companheiros e companheiras! A luta continua...*”, assinado por “A Diretoria/Comissão de Salários” impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado alguns dias antes de 8/5/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 23). Aesp, setor Deops.

⁷⁸ FSP, 25/4/1980.

⁷⁹ Para alguns pontos fundamentais do debate sobre as linguagens enquanto reveladoras/instituintes de identidades, cf. JONES, G. S. Reconsideración del cartismo. In: *Lenguajes de clase: estudios sobre la historia de la clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madrid: Siglo XXI, 1989 e FONTES, P. Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Linguages of Class* de Stedman Jones. *Locus: Revista de História*, v. 4, nº 2, 1998.

definição dos rumos da Greve⁸⁰. Assim, as “mulheres-esposas” estiveram “visíveis” e “nomeadas” ao longo de toda a Greve de 1980 – raramente ocorrendo o mesmo com as “mulheres-metalúrgicas”. O fato é que patrões e sindicalistas chegaram à mesma conclusão: mesmo ausentes de determinados espaços tidos consensualmente como “públicos”, as esposas tinham um papel decisivo na sustentação da Greve. Os 41 dias de paralisação do trabalho nos indicam que, majoritariamente, as esposas penderam para o lado dos sindicalistas. Para isso, muito colaborou o *apoio público* que a Igreja ofereceu aos movimentos grevistas do ABC paulista, desde sua irrupção em fins dos anos 70: menções à justiça da Greve em missas e a reuniões com esposas em paróquias e clubes de mães podem ser encontradas com facilidade⁸¹.

Entretanto, o discurso urdido pelas lideranças sindicais foi, também, significativo nesse processo, visto que ia ao encontro de práticas e valores socioculturais vigentes entre os operários metalúrgicos e suas esposas. Como Souza-Lobo apontou, “o” metalúrgico, na representação recorrente verificada na documentação produzida pelo SMSBCD (jornais, discursos públicos, boletins), teria como atributos principais ser: homem, adulto, heterossexual, casado, pai e (único) provedor econômico do lar⁸². Nos documentos sindicais, insiste-se na ideia de que os trabalhadores estão em greve para cumprir de modo satisfatório sua condição de pais-provedores. Nesse sentido, estão em greve porque são “homens” que se empenham no cumprimento de “obrigações” que são, em última instância, a confirmação de sua “masculinidade”. Todavia, participar da parede colocava em risco o próprio emprego, o que ameaçava a efetivação da condição de pai-provedor, abrindo espaço para que muitas esposas também cobrassem de seus maridos o cumprimento de suas obrigações “masculinas” e, portanto, não se arriscassem na greve. Para solucionar tal impasse, era preciso fazer coincidir as “necessidades da categoria” com as “necessidades da família”, o que implicava reconhecer a importância do papel das esposas nas decisões de seus maridos: “dê apoio ao seu marido. Ele está *lutando conosco* por um salário mais justo. Ele está *lutando para dar mais conforto para você e seus filhos*. Você, companheira, é nossa aliada”⁸³. A luta era dos homens, mas, ao ser apoiada pelas mulheres, evidenciava-se que eles nela se engajavam por terem obrigações familiares. Daí as referências constantes às

⁸⁰ Logo nos primeiros dias de paralisação, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André “criticou a campanha que os *empresários* vêm fazendo, através de jornais, rádio e televisão, *convocando as mulheres dos metalúrgicos em greve a convencê-los a voltar o trabalho*.” Cf. FSP, 4/4/1980.

⁸¹ Cf. CAMARGO, N. A. L. *A geografia das lutas metalúrgicas no ABC paulista na virada dos anos 70 do século XX*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

⁸² Mesmo reconhecendo que, na ocasião, “a porcentagem das mulheres metalúrgicas é relativamente pequena em São Bernardo” – 9% no setor e, aproximadamente, 4% nas empresas automobilísticas –, E. Souza-Lobo, op. cit., p. 38, não hesita em afirmar que: “A idéia de *unidade*, no conceito de ‘unidade da classe operária’, confunde-se [no discurso sindical] com a idéia de *identidade*, que exclui a noção de *diferença*”.

⁸³ *Boletim sem título assinado por Luiz Inácio da Silva* impresso em papel com o timbre do SMSBCD, divulgado entre 1/4 e 19/4/1980. Doc. 1. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

famílias e a presença pública recorrente das mulheres⁸⁴, afirmando o ato ordeiro de seus maridos.

As esposas, contudo, desempenharam outras tarefas menos evidentes, como a arrecadação de alimentos para o FG. Além disso, podiam empregar o amplo conhecimento da dinâmica social dos bairros em que residiam a serviço da manutenção da Greve. Tradicionais mecanismos informais de controle social, como a fofoca, poderiam, por exemplo, ser colocados a favor da mobilização operária nos bairros, uma vez que permitiam o monitoramento da movimentação de pessoas – em especial, fura-greves e policiais – e da circulação de informações⁸⁵. Reiterando a eficácia de tais práticas e indicando que elas não se restringiam às esposas dos grevistas, o operário metalúrgico Daniel, membro da Comissão de Salários, salientava, em depoimento concedido em junho de 1980, que:

O trabalho nos bairros durante a greve foi muito parecido na organização. Eu fazia a ligação com a comissão e o bairro. [...] houve uma grande participação do povo nos bairros. A gente era ajudado na distribuição dos boletins e das orientações do sindicato, pelo povo do bairro, pelas donas de casa, os jovens, o pessoal de outras categorias. [...] Depois que começou a organização nos bairros, a polícia centralizou nos bairros. O povo, então, avisava, quando tinha muita polícia, em que rua estava⁸⁶.

Tais indícios sugerem-nos que o denso circuito relacional existente nos bairros em que os trabalhadores residiam funcionou, durante a Greve de 1980, como eficiente “rede informal de comunicações”. Na conjuntura sociopolítica restritiva da Abertura, os grevistas deparavam-se com ingerências governamentais e patronais sobre a veiculação de informações nos órgãos de imprensa. Diante disso, restava aos trabalhadores servirem-se dos recursos de que dispunham, entre eles a ágil distribuição de boletins nos bairros⁸⁷ e as reuniões – organizadas por dirigentes e ativistas sindicais – em sociedades amigos de bairros⁸⁸ e igrejas⁸⁹. As informações obtidas por tais meios, assim como aquelas oriundas das próprias assembleias gerais públicas, ganhavam, por sua vez, novas possibilidades de difusão ao transitar pelas redes sociais dos trabalhadores. Por isso, as lideranças da parede

⁸⁴ Dois eventos aparecem como pontos culminantes dessa condição: a retomada, no 1º de Maio, do Estádio de Vila Euclides e a “caminhada da família metalúrgica em prol da reabertura das negociações”, em 8 de maio. Cf. A Vanguarda, 3/5/1980 e FSP, 9/5/1980.

⁸⁵ Entrevista com Maria da Conceição de Freitas Cunha, concedida ao autor em 21/10/2008.

⁸⁶ Cf. Entrevista com Daniel, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/6/1980 e 28/6/1980. Cf. A Igreja na greve..., p. 43.

⁸⁷ Em poucas horas, a Comissão de Salários e membros da diretoria do SMSBCD distribuía até 100 mil comunicados informando, por exemplo, horários e locais de reuniões públicas. Cf. FSP, 22/4/1980.

⁸⁸ “Pelo menos quanto a São Bernardo [afirma Mário Alonso, presidente da Federação das SABs de São Bernardo], o apoio foi quase total. Além da arrecadação para o fundo de greve, que as próprias SABs organizaram e cederam suas sedes, muitos diretores, que inclusive são metalúrgicos, participaram ativamente dando apoio à greve.” Cf. Folha de São Bernardo (FSB), 17/5/1980.

⁸⁹ Em fins dos anos 70, as Comunidades Eclesiais de Base, fomentadas por parte do clero católico, tinham uma atuação destacada em bairros da periferia paulistana e em Santo André, o mesmo não ocorrendo em São Bernardo. Cf. FSB, 8/3/1980 e N. A. L. CAMARGO, op. cit.

insistiam: “Não acredite nas notícias de jornais, rádios e televisão, que falam do fracasso da greve. NÃO ACREDITE NA VOZ DOS PATRÕES. ACREDITE NA VOZ DOS TRABALHADORES”⁹⁰. Nos bairros, conversas nas ruas e bares, visitas às casas de outros operários eram situações que permitiam, indo além da metáfora, ouvir “a voz” de trabalhadores que traziam notícias e opiniões sobre o movimento grevista. Assim, práticas corriqueiras e com amplo espaço na sociabilidade de operários e camadas populares em geral⁹¹ eram deliberadamente estimuladas pelos dirigentes sindicais sambernardenses como meio para obter coesão e adesão em relação à Greve.

Nesse sentido, o operário Ervício F., por exemplo, depondo, em 15 de maio de 1980, no Deops, assegurava ter ido conversar com um metalúrgico que iria trabalhar para que não fizesse isso, afinal, “*durante as assembléias, todos os diretores que falaram ao microfone [...] pediram aos trabalhadores que continuassem em greve e que cada um falasse com os colegas que pretendessem retornar ao trabalho*”⁹². Em junho de 1980, José, trabalhador da Mercedes Benz e membro da Comissão de Salários, lembrava sobre sua atuação durante a Greve, na Vila São José, bairro da periferia sambernardense, que, “quando era um cara conhecido no bairro, nós íamos à casa dele perguntar por que estava furando greve”⁹³. Membro da mesma comissão e morador de um bairro vizinho, Dorgival Ferreira da Silva, que participou da Greve de 1980 juntamente com o pai, irmãos, tios e primos, todos metalúrgicos, assegura que: “muitas vezes, a gente ia até a casa [de um fura-greve], conversar com ele, tomar um café com ele”⁹⁴. Tal trabalho de convencimento podia dar-se no próprio espaço doméstico, visto que era frequente operários metalúrgicos sambernardenses contarem com parentes exercendo a mesma profissão⁹⁵.

As práticas de visitas e conversas nos bairros chegaram até mesmo a receber alguma formalização por parte de ativistas sindicais que organizaram “equipes” para atuarem em determinadas áreas⁹⁶. Entretanto, ações bastante informais foram as que proliferaram com vigor. Nesse sentido, encontros e bate-papos em botecos podiam ser importantes situações para difundir informações e travar debates, promovendo coesão e adesão em relação à Greve por meio de “tensionamentos”⁹⁷ nas redes sociais dos trabalhadores. Segundo Dorgival Ferreira da Silva, morador da Vila Ferrazópolis: “a gente correu muito atrás dos próprios amigos. [...] A gente sabia que era pelego e aí, depois, até num bar, num boteco

⁹⁰ *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*. Órgão Oficial do SMSBCD, 8/4/1980.

⁹¹ Cf. F. B. Macedo, op. cit. (Capítulo 3).

⁹² Assentada de Ervício F. para Edsel Magnotti. Divisão de Ordem Social-DOPS. São Paulo, 15/5/1980. Prontuário 149.689 (v. 2). Aesp, setor Deops.

⁹³ Entrevista com José, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/6/1980 e 28/6/1980. Cf. *A Igreja na greve...*, p. 38.

⁹⁴ Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/5/2009.

⁹⁵ Entrevista com José Lourenço dos Santos, concedida ao autor em 7/7/2009.

⁹⁶ Entrevista com Isaias, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/6/1980 e 28/6/1980. Cf. *A Igreja na greve dos metalúrgicos...*, p. 41 e FSP, 4/4/1980.

⁹⁷ Utilizamos o termo em vaga menção ao emprego corrente entre os físicos, isto é, a “tensão” entendida como “força ou sistema de forças que age sobre um corpo sólido, por unidade de área, e é capaz de provocar compressão, cisalhamento ou tração.” Cf. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009).

[...], era ruim para ele, a gente ia para cima cobrar”⁹⁸. Atitude similar foi adotada, em um bar da mesma Vila Ferrazópolis, por José Manoel Leandro de Brito, o qual, segundo relato do jornal *Diário do Grande ABC*, foi baleado por Francisco Antão de Souza, que se sentira “ofendido” pelo fato de José, metalúrgico e seu colega de trabalho, chamá-lo de fura-greve⁹⁹. Nessas circunstâncias, os bares poderiam se tornar locais proscritos àqueles que não aderissem à paralisação do trabalho, caso fosse elevada a coesão grupal dos grevistas de uma localidade na atribuição da pecha de fura-greve¹⁰⁰. Se isso ocorresse, o recolhimento ao âmbito doméstico era prudente. Afinal, uma simples ida ao bar poderia redundar, como vimos, em admoestações e, até mesmo, em agressões físicas.

Tais eventos sugerem-nos por que, já em 1979, os bares haviam sido apontados pelas lideranças sindicais sambenardenses como *loci* importantes da mobilização coletiva. Na verdade, após a intervenção federal no SMSBCD, em março de 1979, a própria Diretoria e a Comissão de Salários instalaram-se no salão paroquial da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo e no *Bar Aquarius*, situado próximo à Matriz, tornando-os pontos de confluência e de encontro de operários¹⁰¹. Assim, a liderança metalúrgica reconhecia que o exercício do sindicalismo e a mobilização coletiva haviam extravasado os limites do sindicato e das fábricas, atingindo *loci* fundamentais da sociabilidade extrafabril dos operários¹⁰². Na Greve de 1980, a situação não foi diferente¹⁰³. Locais de grande e regular afluência dos trabalhadores, os bares, em especial, eram vistos por Lula como uma espécie de “termômetro” para aferir a disposição dos operários em relação às paredes. Recorda-se Manoel Anísio, diretor do SMSBCD entre 1978 e 1980, que, nas assembleias gerais públicas, em Vila Euclides, “o Lula tinha a *mania* de passar no meio da peãozada. *Ele ia nos botequins, nas redondezas da Vila Euclides [...]. Pra sentir como é que estava!*”¹⁰⁴.

Assim como os bares, diversas pensões, localizadas especialmente nas proximidades do *Centro* de São Bernardo, eram “nós” de densa sociabilidade operária. Não surpreende, portanto, que, durante a Greve de 1980, tenham emergido, em alguns episódios, como importantes núcleos de ativismo operário, em especial nas ocasiões de confrontos abertos entre grevistas e policiais nas áreas centrais da cidade¹⁰⁵. Em debate promovido pouco antes do término da Greve, a força dos laços estabelecidos entre os operários que residiam em pensões da cidade foi destacada pelo advogado do SMSBCD, Almir Pazzianotto, segundo o qual: “o peão mora fundamentalmente em pensões. E esta convivência diária gera um espírito de fraternidade, que é o que possibilita a luta”¹⁰⁶. Potencialidades mobilizadoras das relações entre operários-pensionistas já eram vislumbradas, antes do início da Greve, por

⁹⁸ Entrevista com Dorgival Ferreira da Silva, concedida ao autor em 29/5/2009.

⁹⁹ DGABC, 4/4/1980.

¹⁰⁰ Entrevista com Sante Collina, concedida ao autor em 20/10/2008.

¹⁰¹ L. F. Rainho e O. M. Bargas, op. cit., p. 149 e FSB, 19/5/1979.

¹⁰² FSB, 19/5/1979.

¹⁰³ DGABC, 15/4/1980.

¹⁰⁴ Entrevista com Manoel Anísio Gomes, concedida ao autor em 21/10/2008.

¹⁰⁵ FSB, 31/5/1980.

¹⁰⁶ FSP, 11/5/1980.

ativistas sindicais do *Grupo de Teatro Forja* do SMSBCD que elaboraram e apresentaram, durante a Campanha Salarial de 1980, a peça teatral *Pensão Liberdade*¹⁰⁷.

Portanto, em seus domicílios, nos bairros em que residiam, nos botecos e, evidentemente, nas assembleias e em portas de fábricas – onde encontravam colegas de trabalho e amigos metalúrgicos –, os trabalhadores sambenardenses puseram em movimento, na sustentação da Greve de 1980, um *denso tecido relacional preexistente*, em boa medida, à intensa mobilização coletiva que tomou as ruas de São Bernardo entre 1º de abril e 11 de maio de 1980. Com isso, os “motivos” para se aderir à parede, captados e generalizados por um vigoroso ativismo das lideranças sindicais, junto aos operários, ganhavam uma nova força na medida em passavam a circular em um contexto relacional específico.

Entretanto, o “tensionamento” de redes sociais não era o único processo pelo qual se produzia adesão e coesão em torno da parede. Na obtenção destas, a ação dos “piquetes” foi, também, imprescindível. Com efeito, o “tensionamento” de redes sociais era possível nos casos em que, necessariamente, havia vínculos interpessoais dos envolvidos e, por isso, o emprego de violência física era visto como um recurso liminar. Os piquetes, por sua vez, atuavam, *principalmente*, em relação a trabalhadores com os quais os piqueteiros não mantinham conexões interpessoais, a seu ver, relevantes e tinham, sempre, o emprego de violência física como um horizonte possível em suas ações¹⁰⁸. De qualquer modo, também no que tange aos piquetes, as redes sociais se mostraram relevantes, e por isso foram amplamente mobilizadas.

REDES SOCIAIS E FORMAÇÃO DE PIQUETES NA GREVE DE 1980

Na “Greve dos 41 dias”, os piquetes constituíram-se a partir da mobilização de um variado espectro de vínculos sociais, atuaram em diversos espaços e empregaram múltiplos recursos de coação. Convencimento argumentativo, coação moral e violência física foram recursos utilizados por todas as modalidades de piquete abaixo descritas, as quais coexistiram em diversos momentos da Greve, variando, em boa medida, a importância relativa de cada uma delas em função da intensidade e formas de repressão adotadas pelo Estado para confrontar a mobilização operária.

Os “piquetes em porta de fábrica” eram, em grande medida, preparados a partir do SMSBCD e contavam, fundamentalmente, com ativistas sindicais – muitos deles militantes de organizações políticas de esquerda que já atuavam clandestinamente no espaço fabril –, podendo reunir muitos participantes. Nos primeiros dias da Greve de 1980, essa modalidade

¹⁰⁷ Grupo de Teatro Forja do SMSBCD. *Pensão Liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 47-48.

¹⁰⁸ Frequentemente, mesmo nos “piquetes em porta de fábrica”, também para evitarem ser tachados de “grevistas” pelas chefias, piqueteiros que trabalhavam em uma empresa atuavam nas portas de outras. Cf. Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 3/7/2008 e 15/9/2008.

de piquete pouco atuou. Entretanto, conforme a paralisação se estendia, sua importância aumentava, visto que alguns operários tentavam retornar ao trabalho¹⁰⁹.

Com o julgamento da ilegalidade da Greve pelo TRT e a decretação da intervenção federal no SMSBCD, essa modalidade de piquete sofreu sérias restrições em função do aumento do contingente policial que passou a “acampar” em São Bernardo do Campo¹¹⁰, sobretudo nas áreas centrais e em portas de fábricas. Nesse momento, os “piquetes em bairros” – que já vinham ocorrendo fundamentalmente nos pontos de ônibus – *cresceram* em importância¹¹¹. Eram, em geral, agrupamentos menores que os “piquetes em porta de fábrica” e contavam bastante, em sua constituição, com ativistas sindicais, os quais, entretanto, mobilizavam suas redes sociais nos bairros em que residiam, incorporando colegas de trabalho, vizinhos, amigos, parentes etc. aos piquetes. Em depoimento de junho de 1980, o metalúrgico José, membro da Comissão de Salários e residente na Vila São José, bairro da periferia sambernardense, relatou, manifestando como as redes sociais existentes no bairro agilizavam a circulação de pessoas e informações, que, em poucas horas, por meio dos “aparelhos de comunicação do bairro”, isto é, “saindo a pé” e “batendo na porta do pessoal”, era possível a formação de piquetes com dezenas de participantes¹¹².

A partir do dia 19 de abril, com o início das prisões de diretores e ativistas sindicais, a proibição das assembleias gerais em espaços públicos e o sítio de São Bernardo do Campo pelas forças de repressão do Estado¹¹³, *os bairros tornaram-se crescentemente o espaço fundamental da mobilização coletiva*¹¹⁴. Nessas circunstâncias, várias modalidades informais de “agrupamentos de coação” ampliaram sua importância na mobilização operária, podendo contar com um número extremamente variável de participantes, entre estes havendo ativistas sindicais ou não. Como chegaram a coagir fura-greves em suas próprias residências, chamemos tais agrupamentos de “piquetes em porta de casa”.

Alguns “piquetes em porta de casa” podiam ser compostos por, apenas, uma ou duas pessoas. No dia 30 de abril, por exemplo, Roberto de Souza Dantas, operário da Volkswagen, procurou a Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo para registrar um boletim de ocorrência. Alegou que acabara de retornar do trabalho quando José e Francisco, também trabalhadores da Volkswagen, o interpelaram no portão de sua residência proferindo-lhe

¹⁰⁹ Cf. A Vanguarda, 5/4/1980.

¹¹⁰ Cf. DGABC, 19/4/1980. As forças de segurança do Estado envolvidas diretamente na repressão à parede foram: Polícia Militar, Deops, Polícia Federal, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Exército (apenas helicópteros). Cf. FSP, 27/4/1980 e 2/5/1980.

¹¹¹ Cf. FSB, 19/04/1980.

¹¹² Entrevista com José, concedida a H. H. T. S. Martins, H. Pereira e C. A. Ricardo em 26/6/1980 e 28/6/1980. Cf. A Igreja na greve..., p. 38. Para relatos semelhantes, cf. Entrevistas com José Euzébio (16/10/2008) e José Ferreira de Souza (23/6/2009) [entre outras] concedidas ao autor.

¹¹³ Os piquetes em pontos de ônibus também passaram a ser reprimidos pela polícia. Cf. FSP, 23/4/1980.

¹¹⁴ Cf. *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 27. Esta obra, tentando sintetizar avaliações sobre a mobilização coletiva findada em 11 de maio de 1980, foi publicada após uma série de debates, em julho de 1980, com cinquenta ativistas “que tiveram atuação destacada durante a greve”.

“ameaças de agressão” por “não haver entrado em greve”¹¹⁵. O funileiro José R. S. era vizinho de Roberto em uma rua no Jardim Petroni, bairro da periferia sambernardense. Para empreender o piquete, José recorreu ao seu colega de Volkswagen Francisco A. S. – também cearense de Boa Viagem e, possivelmente, seu primo –, o qual residia na Vila Paula, em São Caetano do Sul. Aparentemente, portanto, vínculos de parentesco e “origem comum” (conterraneidade) mostraram-se imprescindíveis para a constituição do piquete, superando, inclusive, a razoável distância entre os locais de moradia de seus componentes. Em outras ocasiões, vínculos de parentesco voltaram a se mostrar importantes. No crítico dia 30 de abril, por exemplo, quatro operários de sobrenome Moraes, todos trabalhadores da Volkswagen, articularam, com mais dois vizinhos, um piquete que atuava nas proximidades da fábrica da Brastemp¹¹⁶. Além de parentes, três dos quatro Moraes residiam na mesma casa – ou terreno – situada no bairro Ferrazópolis. Finalmente, dos seis piqueteiros, cinco eram cearenses, o que, novamente, indica que a partilha de uma “origem comum” poderia ser relevante na constituição de piquetes.

Não poucas vezes migrantes nascidos em uma mesma cidade brasileira conseguiram empregar-se em indústrias metalúrgicas de São Bernardo do Campo. Alguns se conheciam em suas cidades de origem ou migraram juntos. Outros poderiam entrar em contato após o processo migratório. De qualquer modo, os indícios apontam que tais vínculos preexistentes à parede colaboraram para a constituição de piquetes. Ainda no dia 30 de abril, por exemplo, oito operários metalúrgicos foram presos, *em um bar*, acusados de empreender piquete em um ponto de ônibus nas proximidades. Entre os detidos, cinco eram nascidos na cidade mineira de Cristais e trabalhavam na Ford¹¹⁷. Todos os oito detidos, acrescentemos, residiam nas imediações de um mesmo bairro, a Vila Gerty, em São Caetano, o que nos remete a um dos vínculos sociais de mais notável importância na constituição de piquetes: a vizinhança.

Considerando as prisões efetuadas pela polícia e comunicadas ao Deops, muitos são os casos de trabalhadores que moravam na mesma rua ou em ruas adjacentes e que foram presos *juntos*, acusados de empreender piquetes. Nesse sentido, a própria documentação policial nos revela como o engajamento em piquetes podia ganhar uma nova consistência ao se assentar sobre tais lealdades preexistentes. Com efeito, deparamo-nos com casos em que, a quilômetros de distância de seus locais de moradia, piqueteiros vizinhos eram presos juntos, sugerindo-nos a força do vínculo entre eles e a lealdade nele presente¹¹⁸. Enfim, a

¹¹⁵ BO nº 2607/80. Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo. 30/4/1980. OS – 0099. *Toda a documentação policial utilizada a seguir encontra-se no Setor Deops do Arquivo do Estado de São Paulo. Por isso, nas referências seguintes indicaremos somente as caixas, prontuários e dossiês.*

¹¹⁶ BO nº 2597/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/4/1980. OS – 0099.

¹¹⁷ BO nº 1721/80. Del. Pol. de São Caetano do Sul. 30/4/1980. OS – 0099. Para quatro baianos de Bom Jesus da Lapa detidos em um mesmo piquete, cf. Mensagem 2110/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. 16/4/1980. Dossiê 50-Z-341 (Pasta 22).

¹¹⁸ Cf. Mensagem 1221/80, Telex da Del. Pol. de Mauá ao Deops de São Paulo. Ref. 6/5/1980. OS – 0099; Mensagem 2497/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2730/80.

relação de vizinhança podia ser convertida numa nova proximidade, entre dois ou mais indivíduos, no interior de um piquete mais amplo que contava com a presença de mais trabalhadores. Assim, fios relacionais, à primeira vista invisíveis, conferiam uma notável coesão, sobretudo em ações de grande risco.

Em 29 de abril, por exemplo, sugestivo episódio envolveu alguns operários residentes nas imediações de um mesmo bairro periférico de Santo André¹¹⁹. Na ocasião, quatro metalúrgicos foram presos em flagrante delito, acusados de praticar crime de “lesão corporal” e de “coação para exercer greve” contra um quinto metalúrgico que se recusara a aderir ao movimento. O grupo de agressores não trabalhava na mesma empresa, entretanto, possuía laços de vizinhança e “estreita amizade”, como explicitaram em seus depoimentos. Portanto, para a constituição do “piquete em porta de casa”, os agressores aglutinaram-se por serem metalúrgicos, grevistas, *amigos e vizinhos*, o que, mais uma vez, indica-nos como um denso tecido relacional, preexistente à Greve, poderia ser mobilizado, politizando espaços e relações cotidianas¹²⁰.

Episódio limite e altamente evocativo de nossas afirmações foi o confronto entre trabalhadores e policiais, nas imediações do SMSBCD, em 18 de abril, ocasião em que o interventor federal, Osvaldo Pereira de Aguiar, tomaria posse no comando do sindicato¹²¹. Nesse evento, segundo a documentação do Deops, 27 trabalhadores foram presos; 85% deles residiam em São Bernardo do Campo, e destes, aproximadamente 80% moravam em apenas dois bairros do município – *Centro e Ferrazópolis* –, ambos próximos ao SMSBCD, o que deve ter facilitado o rápido acesso dos trabalhadores ao local do confronto. Analisando mais detidamente a grande presença de trabalhadores residentes em São Bernardo, verificamos que oito deles moravam em uma mesma rua, a menos de 20 metros uns dos outros; quatro moravam em uma mesma residência e outros três numa outra. Todos os oito eram, muito provavelmente, pensionistas, havendo entre eles conterrâneos e parentes. Desse modo, vale acrescentar que pensões¹²², assim como bares¹²³, apareceram em outros episódios como núcleos de preparação de piquetes, fomentando a vigilância policial sobre tais espaços.

6/5/1980. OS – 0096; Mensagem 2223/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo. Ref. BO 2440/80. 22/4/1980. OS – 0096.

¹¹⁹ Auto de prisão em flagrante delito contra Ervício F., Clovis V. S., Alfredo J. R. e Sérgio F. Del. Pol. de Santo André (Polícia Civil de São Paulo). 29/4/1980. Doc. 104. OS – 0097. Pasta 19.

¹²⁰ Para outro caso de vizinhos presos juntos, Cf. Auto de prisão em flagrante delito de Rubens C., Xisto M., Newton F. S. e José L. C.. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 8/5/1980. OS – 0096 e BO nº 2333/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 18/4/1980. OS – 1149.

¹²¹ Ficha de identificação. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Polícia Civil de São Paulo. 18/4/1980. Prontuário 149.689 (v. 1) e BO nº 2330/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 18/4/1980. OS – 1149.

¹²² Entrevista com Raimundo Alexandre Sobrinho, concedida ao autor em 24/8/2009.

¹²³ Cf. DGABC, 11, 17 e 23/4/1980; BO nº 1.736 emitido pela Chefia de Segurança Industrial da Volkswagen. 6/5/1980. OS – 1148; Relatório nº 050/80 de Fox 10 para Del. Tit. da Del. de Sind. e Associações de Classe do Deops. Ref. Assembléia dos Metalúrgicos do ABCD. 10/4/1980. OS – 1147.

Entre os 27 trabalhadores detidos em São Bernardo, podemos ressaltar, ainda, mais dois outros evidentes subgrupos, ambos do *Ferrazópolis*: um de quatro trabalhadores residentes em ruas adjacentes e outro com quatro componentes residentes em uma mesma rua (três deles na mesma casa ou terreno). Os agrupamentos delineados apresentam-nos vigorosos indícios da relevância que determinadas inserções em redes sociais podiam ter para o engajamento em piquetes/confrontos com a polícia. Joaquim A. S., por exemplo, nem mesmo era metalúrgico. O jovem goiano era balconista em uma padaria. Poderíamos julgar sua prisão um simples equívoco. Contudo, quando observamos que, junto com ele, foram detidos outros dois residentes na Rua Marechal Deodoro, 2.549, parece-nos provável que acompanhasse Antônio L. O., operário da Brastemp com quem partilhava o local de moradia. Situação similar devia ser experimentada pelos irmãos José Arnaldo e José Nivaldo F. Ambos não eram metalúrgicos, mas funcionários de uma transportadora. Todavia, habitavam a mesma residência – ou terreno – que o operário metalúrgico Jorge C. L., prático de funileiro da Brastemp. Em que pese sua condição, os irmãos F., naturais do município pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe, parecem ter se engajado com grande intensidade no confronto com a Polícia Militar. José Arnaldo foi acusado pela polícia de estar “dirigindo caminhão que distribuía pedras para os metalúrgicos jogarem nas viaturas”. Na ficha de José Nivaldo, podemos ler: “atirou pedras nos PMs”. Auxiliavam, portanto, Jorge C. L., que foi acusado de apedrejar a viatura da Rota. Os irmãos F. e Jorge C. L. comunicaram, muito provavelmente, a ação que empreenderiam, nas imediações do SMSBCD, ao vizinho deles, o ponteador da Volkswagen Roberto P. C., também detido pela polícia.

Aparentemente, vínculos de parentesco, amizade, vizinhança e conterraneidade tiveram presença mais marcante nos piquetes constituídos para atuar “em porta de casa” e “em bairro”. Como lembra Gilberto de Souza Cunha, eram “pessoas do dia-a-dia que vinham fazer esses piquetinhos por aí”¹²⁴. Isso não significa, contudo, que tais vínculos estivessem ausentes nos “piquetes em porta de fábrica”¹²⁵. Em outros casos, a “proximidade” entre os piqueteiros era oriunda das amizades forjadas no chão de fábrica, as quais podiam ser o vínculo fundamental para que um agrupamento de trabalhadores constituísse um piquete¹²⁶.

É claro que muitos trabalhadores, independentemente de vínculos de parentesco, amizade, vizinhança ou conterraneidade com outros piqueteiros, engajaram-se em piquetes, seja por ativismo sindical, pertencimento a organizações partidárias (ou de outro tipo) ou, simplesmente, por entenderem que as reivindicações da Greve eram justas e quererem levá-las adiante. Nesse sentido, a Diretoria do SMBSCD, a Comissão de Salários, as reuniões em igrejas e sociedades amigos de bairros, bem como as próprias assembleias públicas foram,

¹²⁴ Entrevista com Gilberto de Souza Cunha, concedida ao autor em 9/10/2008.

¹²⁵ Cf. BO nº 2592/80. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/04/1980. OS – 0099 e Mensagem 2383/80, Telex da Del. Pol. de São Bernardo do Campo ao Deops de São Paulo e à Seccional do ABCD. Ref. BO 2595/80. 30/4/1980. OS – 0099.

¹²⁶ Termo de declarações de Lourival A. R. para Doutor Edson Pereira Serpa, Del. Pol. de São Bernardo do Campo. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 30/4/1980. OS – 0097.

sem dúvida, instâncias articuladoras que puseram em contato e coordenaram muitos operários que empreenderam piquetes em suas diversas modalidades. Até mesmo um piquete que atuaria “em porta de casa” poderia passar pelas mencionadas instâncias¹²⁷. No que tange à constituição de piquetes “em porta de fábrica” ou “em bairro”, o papel da Diretoria do SMSBCD e da Comissão de Salários foi ainda mais decisivo¹²⁸. Para sermos mais precisos, mesmos os piquetes que se constituíam a partir de vínculos informais preexistentes e das lealdades nestes presentes *interagiam* com demandas/orientações da Diretoria do SMSBCD, da Comissão de Salários e das assembleias gerais públicas. Assim, ainda que possam estar ancoradas em tais laços, as ações dos piquetes adquiriam um sentido contextual baseado na conjuntura política e em valores morais vigentes entre os trabalhadores¹²⁹.

CONJUNTURA, REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO COLETIVA NA GREVE DE 1980

Os indícios aqui apresentados evidenciaram como as redes sociais dos trabalhadores mostraram-se fundamentais na intensa mobilização coletiva que foi a “Greve dos 41 dias”. Na definição de aspectos cruciais do fenômeno, todavia, a conjuntura sociopolítica brasileira mais ampla – geralmente, chamada de Abertura –, que ganhava contornos mais nítidos na segunda metade dos anos 70, foi imprescindível.

A progressiva crise de legitimidade do regime militar¹³⁰ muito colaborou para que, no enfrentamento com o governo, os trabalhadores mostrassem disposição em mobilizar suas redes sociais para sustentar o movimento grevista. Especificamente entre os metalúrgicos sambenardenses, diversos episódios delinearam a escalada do antagonismo em relação ao governo federal. Na Campanha de Reposição Salarial de 1977, por exemplo, dirigentes e ativistas sindicais denunciaram a manipulação, pelo Executivo Federal, dos índices inflacionários de 1973-1974, que resultou em sensíveis perdas salariais para os trabalhadores. Em 1978 e, especialmente, em 1979, quando o SMSBCD sofreu intervenção federal e a polícia tomou as ruas de São Bernardo, os operários experimentaram a intensa repressão estatal lançada contra eles. Por isso, passaram crescentemente a perceber o governo federal, em especial, como um “outro” pouco receptivo às suas demandas, quando não abertamente contrário a elas.

Em sentido oposto, o apoio público da Igreja encorajava os trabalhadores sobre a justiça de suas reivindicações. Membros da hierarquia eclesiástica e militantes católicos subiam em palanques e punham sua força simbólica e seus recursos organizacionais a

¹²⁷ Cf. Auto de prisão em flagrante delito de João S. L. M. e de Leonardo R. C. Del. Pol. de São Bernardo do Campo. 5/5/1980. OS – 0096 e Entrevista com Odilon Dias de Souza, concedida ao autor em 3/7/2008 e 15/9/2008.

¹²⁸ Cf. Entrevista com Djalma Bom, concedida ao autor em 24/10/2008 e 31/10/2008.

¹²⁹ Cf. F. B. Macedo, op. cit. (Capítulo 2).

¹³⁰ Como indício, destacamos que, nas eleições de 15 de novembro de 1978 para os legislativos estadual e federal, os arenistas foram, em São Bernardo, derrotados por “larga margem de votos”. Cf. A Vanguarda, 25/11/1978.

serviço da sustentação da Greve. Numa cidade como São Bernardo, em que 87,52% da população se declarava católica¹³¹, é possível vislumbrarmos o estímulo às convicções e à disposição de movimentar redes sociais entre os trabalhadores quando, por exemplo, na assembleia que decidiu pelo início da Greve, D. Cláudio Hummes, bispo responsável pela região do ABC paulista, declarava que “a decisão de vocês só merece aplausos e deve ser assumida até o fim” e que “da parte da Diocese, estamos a serviço de vocês”, colocando-se, em seguida, “à frente de um pai nosso, rezado com muita fé por todos os trabalhadores”¹³².

O SMSBCD, por sua vez, afirmava-se como importante referência para os operários, encontrando seus esforços organizativos, entre os quais a “linguagem de classe fundada em um vocabulário de redes”, cada vez mais ressonância entre os trabalhadores. Mesmo para militantes de diversas organizações políticas de esquerda que atuavam, ainda antes da retomada das paredes, clandestinamente nas fábricas, o SMSBCD afigurava-se, em fins dos anos 70, na medida em que abria a possibilidade de confrontar o Estado autoritário, como um centro polarizador. Em maior ou menor confluência com a direção sindical, a conjugação de forças, na Greve de 1980, ficou evidente: “foi todo mundo pro pau”¹³³, como sentenciava um dos militantes. Participando ativamente da Comissão de Salários¹³⁴, eles procuraram continuamente alargar sua influência na configuração da parede¹³⁵.

Também em oposição ao regime militar, outros setores da sociedade civil, para além da Igreja, punham-se ao lado dos grevistas. Daí o apoio público do movimento estudantil em reorganização, da OAB, da ABI, dos sindicatos etc. Acrescentando os partidos políticos oposicionistas em formação (PMDB, PTB e PT), constituía-se, então, um “olhar público” majoritariamente favorável aos grevistas. Assim, por exemplo, nos primeiros dias da Greve, a Comissão de Salários recomendava à Diretoria do SMSBCD: “solicitar aos Comitês de Solidariedade, parlamentares, entidades sindicais e movimentos democráticos e populares desenvolverem um trabalho forçando a reabertura de negociações e um posicionamento não parcial do Ministro do Trabalho”¹³⁶. Reiterando tal postura, os dirigentes sindicais não vacilavam: “precisamos de todas as entidades que lutam por anistia, liberdade, melhores condições de vida, de trabalho, de ensino etc. *Nossa causa é a mesma*”¹³⁷.

Em São Bernardo do Campo, os trabalhadores encontravam, ainda, o arrimo do prefeito Tito Costa. Membro do PMDB, ele mirava, simultaneamente, o enfraquecimento do regime militar e os dividendos eleitorais. Assim, não hesitava em franquear aos grevistas importantes logradouros públicos, como o Estádio de Vila Euclides e o Paço Municipal, para

¹³¹ *Pesquisa Sócio-Econômica*. Secretaria de Planejamento e Economia. PMSBC, 1979.

¹³² *A Vanguarda*, 5/4/1980.

¹³³ Entrevista com Enilson Simões de Moura, concedida ao autor em 2/9/2009.

¹³⁴ Lembremos que os três escolhidos para discursar, nas assembleias gerais, em nome da Comissão de Salários, eram militantes de organizações políticas de esquerda: Alemão (MR-8), Osmarzinho (Unidade Comunista) e João Batista (PCdoB).

¹³⁵ Cf., por exemplo, “Ata de reunião da Comissão de Mobilização”. s/data. Arquivo SMSBCD.

¹³⁶ “Ata de reunião da Comissão de Mobilização”. s/data. Arquivo SMSBCD.

¹³⁷ Carta intitulada “Ao povo brasileiro” impressa em papel com o timbre do SMSBCD. s/data. (Pasta Campanha Salarial de 1980). Arquivo SMSBCD.

suas reuniões. Atitude diametralmente oposta às adotadas pelos governos federal e estadual – este capitaneado pelo arenista e mantenedor de boas relações com setores da linha-dura Paulo Maluf –, os quais cercearam espaços públicos e reprimiram os trabalhadores e suas organizações. Posturas que, paradoxalmente, fomentaram a mobilização coletiva¹³⁸ e, em grande medida, foram responsáveis pela *visibilidade* que as redes sociais assumiram como recurso de mobilização na Greve de 1980.

Refluindo crescentemente para os bairros, a Greve apoiava-se no empenho dos ativistas sindicais e na ampliação do tensionamento das redes sociais dos trabalhadores. Com isso, revitalizava-se, aprofundando a polarização em relação aos patrões e, sobretudo, ao governo. Cadinhos da enorme multiplicidade de experiências operárias, os bairros – isto é, o denso tecido relacional neles existente – mostraram-se, portanto, fundamentais na Greve de 1980. Entretanto, imediatamente após o término da parede, o que muitos ativistas sindicais concluíram foi que se a organização nos bairros e as redes sociais aí tecidas pelos trabalhadores foram, em boa medida, o sustentáculo, em especial após a intervenção federal no SMSBCD, do “esforço de greve”, ambas não poderiam, por si, levar a parede adiante por muito tempo. As assembleias públicas gerais, em Vila Euclides, e os recursos institucionais e humanos do SMSBCD eram indispensáveis para uma maior capacidade de resistência¹³⁹. Era da *interação* de todos esses componentes que a mobilização coletiva extraía sua força máxima.

Evidentemente, o esgotamento dos recursos econômicos dos operários e os elementos da conjuntura sociopolítica mais ampla minavam, igualmente, o “esforço de greve” dos trabalhadores. A intransigência patronal em reabrir as negociações, atitude apoiada e estimulada pelos militares em Brasília, tornava o atendimento das reivindicações operárias cada vez mais distante e complicado¹⁴⁰. À medida que os operários mobilizavam suas redes sociais para sustentar a Greve e as demandas desta pareciam quase inalcançáveis, o “esforço de greve” ia perdendo seu próprio sentido. Daí o declínio da adesão ao movimento e a volta ao trabalho por parte de muitos que o haviam apoiado. Grevistas vacilantes, que, muitas vezes, aderiram pressionados pelos piquetes e por suas relações com outros operários, retornavam, muito provavelmente, em um ritmo ainda mais acelerado.

Em que pese o não atendimento das demandas colocadas pela Greve, dirigentes do SMSBCD procuravam, logo após o fim da parede, salientar o que tinham na conta de vitórias e aprendizados propiciados pelo movimento. Manoel Anísio, por exemplo, destacava “a organização por bairros, que alcançou nesta greve um nível muito elevado”, possibilitando “o entrosamento de companheiros de várias fábricas”¹⁴¹. Em outro jornal que passou a ser utilizado pela diretoria cassada do SMSBCD, apontava-se a importância do “trabalho de

¹³⁸ Cf. LINHA DE MONTAGEM. Direção: Renato Tapajós. Brasil, 1982. DVD. (90 minutos).

¹³⁹ Cf. *41 Dias de Resistência e Luta...*, p. 29-30.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 30.

¹⁴¹ FSB, 17/5/1980.

formiguinha, nos bairros, até as assembléias e passeatas” e reiterava-se que “nesse tempo fora da fábrica, descobrimos novas formas de organização, reforçamos nossa união e pudemos sentir que nenhum trabalhador está sozinho”¹⁴².

De fato, como em 1979, os dirigentes do SMSBCD constataram, em 1980, que “nenhum trabalhador está sozinho”, mas sim “enredado”. Assim, reconhecendo potencialidades mobilizadoras em vínculos constitutivos das redes sociais desses operários, as lideranças sindicais iniciaram a preparação da Campanha Salarial de 1981 com reuniões em bairros operários da periferia de Diadema e de São Bernardo, nas quais havia “a participação de todos, da mulher, dos filhos, dos amigos”. Além disso, afirmava-se: “os moradores dos bairros estão ajudando a levar adiante nossa campanha salarial”¹⁴³. Nesse processo, as lideranças sindicais procuravam manter ou encetar interações com diversas modalidades organizativas – também articuladoras de redes sociais – que atuavam ao nível dos bairros e se mostraram relevantes durante a mobilização coletiva: de comunidades eclesiais de base¹⁴⁴ a associações de amigos de bairros¹⁴⁵, passando por clubes de futebol¹⁴⁶.

Tais práticas nos sugerem, portanto, que o processo de formação de classe em curso passava pela articulação de múltiplas experiências e espaços sociais. Se vivências nos locais de trabalho e a percepção da exploração fabril fomentavam as principais demandas dos trabalhadores, estimulando-os às greves, vínculos tecidos nos locais de moradia e em outros espaços de sociabilidade ofereceram evidente substrato para o empreendimento das mobilizações coletivas de 1979 e 1980. Desse modo, parece-nos que, a fim de ampliarmos nossa compreensão das múltiplas e complexas dimensões do processo de formação de classe, devemos estar especialmente atentos aos variados modos pelos quais, ao longo do século XX, os trabalhadores brasileiros atuaram sob(re) os processos de industrialização, migração, urbanização, articulando-os, muitas vezes, por meio de suas redes sociais.

Recebido em 15/02/2011

Aceito para publicação em 20/02/2011

¹⁴² ABCD Jornal, 17/8/1980.

¹⁴³ TM, 12/1980.

¹⁴⁴ Entrevista com o Diácono Franco Chippari, concedida ao autor em 3/7/2009.

¹⁴⁵ Entrevista com José Ferreira de Souza, concedida ao autor em 23/6/2009.

¹⁴⁶ FSB, 22/11/1980.